



A PERCEPÇÃO DE NATUREZA E AS PRÁTICAS PRODUTIVAS DOS CAMPONESES DOS ASSENTAMENTOS SANTA RITA E TRÊS PONTES (GO)

Mainara da Costa Benincá¹, Dinalva Donizete Ribeiro², Raquel Maria de Oliveira³

(1 – Universidade Federal de Goiás, Doutorando em Geografia – Regional Jataí, mainaracosta@gmail.com, 2 – Universidade Federal de Goiás. Docente – Escola de Agronomia, dinalvadr@gmail.com, 3 – Universidade Federal de Goiás, Docente – Escola de Veterinária e Zootecnia, raquelmo.oliveira@gmail.com)

Resumo: A terra, dentre as famílias camponesas, é percebida como meio de vida e de trabalho, um local de troca e de uso dos saberes herdados. Porém, a (re)territorialização camponesa não ocorre de forma linear e estruturada, cada assentamento, propriedade, comunidade, possui suas especificidades. Discussão essa que deu origem ao presente artigo, que analisa a percepção de natureza pelos camponeses dos Assentamentos Santa Rita (município de Jataí-GO) e Três Pontes (município de Perolândia-GO), a partir da organização produtiva de ambos. Dessa maneira, fizeram-se necessários alguns procedimentos metodológicos, como: a pesquisa bibliográfica, a fim de dar o embasamento teórico; a coleta de dados qualitativos e quantitativos, por meio da observação participante e entrevistas semiestruturadas com trinta por cento das famílias dos assentamentos; bem como a confecção de mapas mentais, junto aos camponeses. Verificou-se que a realidade dos assentamentos se difer quanto à autonomia e soberania alimentar, neste quesito o Assentamento Santa Rita se encontra em situação mais favorável, sendo que mantém uma diversidade de produção e usa de forma mais sustentável sua terra.

Palavras-chave: Famílias, Assentadas. Políticas Públicas. Uso da Terra

THE PERCEPTION OF NATURE AND THE PRODUCTIVE PRACTICES OF PEASANTS FROM SANTA RITA AND TRÊS PONTES SETTLEMENTS (GO)

Abstract: The land for the peasant families is seen as a way of living and working,, a place of exchange and of use of inherited knowledge. But, the peasant (re)territorialization does not occur on a linear and structured way. Every settlement, property, community, has their particularities. Such discussion originated the current article, which analyzes the perception of

nature by the peasants from Santa Rita (municipality of Jataí-GO) and Três Pontes (municipality of Perolândia-GO) settlements, from the productive organization of both. This way, some methodologic procedures were necessary, such: as bibliographic research, in order to provide theoretical basis; qualitative and quantitative data collection, through participative observations and semistructured interviews with thirty percent of the families from each settlement aforementioned; as well as the creation of mental maps, together with the peasants. It was found that the realities between the settlements differ from each other in the sense of food autonomy and sovereignty, considering that Santa Rita settlement is in a more favorable situation, as they keep a diversity of production and use their land on a more sustainable way.

Keywords: Seated Families. Public policy. Land use

LA PERCEPCIÓN DE NATURALEZA Y LAS PRÁCTICAS PRODUCTIVAS DE LOS CAMPESINOS DE LOS ASENTAMIENTOS SANTA RITA Y TRES PONTES (GO)

Resumen: Para las familias campesinas, la tierra es el sustento y trabajo, es el sitio de cambio simbólico y de uso de los saberes que fueron heredados. Todavía, el cambio del territorio campesino no ocurre de manera lineal y estructurada, cada asentamiento, propiedad, comunidad, posee sus especificidades. Esta discusión dio origen al artículo aquí presente, que haz el análisis de la percepción de la naturaleza por los campesinos del Asentamiento de Santa Rita (municipio de Jataí-GO) y de Tres Pontes (municipio de Perolândia-GO), a partir de la organización productiva de los dos. De esta forma, se hicieron necesarios algunos procedimientos metodológicos, como: la búsqueda bibliográfica, con el objetivo de embasar teóricamente; la coleta de datos cualitativos y cuantitativos, mediante observaciones participantes y entrevistas semiestructuradas con treinta por ciento de las ;familias de cada asentamiento mencionado; así como la confección de mapas mentales junto a los campesinos. Se ha verificado que la realidad entre los asentamientos se diferencian en la autonomía y la soberanía alimentaria, en vista que el Asentamiento Santa Rita se encuentra en una situación más favorable, que a la vez mantiene una diversidad de producción y utiliza de una manera más sustentable su tierra.

Palabras clave: Familias Asentadas. Políticas Públicas. Uso de la tierra.



Introdução

O campesinato brasileiro é alvo de constantes processos de expropriação e desapropriação de suas terras e/ou da renda nelas obtida. No entanto, segue como componente do tecido social brasileiro, mantendo algum grau de relação com o campo (MARQUES, 2008).

Os assentamentos de reforma agrária são alternativas de retorno a terra para os camponeses desapropriados e, usualmente, são constituídos mediante pressão dos movimentos sociais e das famílias, que enfrentam dificuldades diversas na trajetória de suas lutas.

O presente artigo objetiva analisar dois assentamentos na microrregião Sudoeste Goiás, a fim de verificar a percepção de natureza que as famílias assentadas desenvolveram a partir dos seus processos produtivos ao longo dos anos ali vividos. Os assentamentos delimitados são o Santa Rita, localizado no município de Jataí (GO) e o Três Pontes, localizado no município de Perolândia (GO).

Para tanto, buscou-se compreender o processo de (re)territorialização e (re)criação camponesa por meio da política de reforma agrária, em ambos os assentamentos, para, posteriormente, identificar os processos produtivos na sua relação com as políticas públicas e analisar, por meio de mapas mentais, a organização das famílias assentadas e sua relação com a natureza

A (re)territorialização camponesa não ocorre de forma linear. Por isso nos propusemos a analisar dois assentamentos, que, embora, pertençam à mesma microrregião e tenham sido criados em período próximo (1998 e 2000), possuem realidades distintas, de certa forma em função das políticas públicas recentemente adotadas em cada um deles.

O Assentamento Santa Rita, criado em 1998, situado no município de Jataí, devido às suas condições de solos com baixa fertilidade natural, relevo acidentado e disponibilidade de água, é tomado por atividades dedicadas à pecuária leiteira e à horticultura, cujos produtos são vendidos junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Assentamento Três Pontes, criado em 2000, situado no município de Perolândia, sedia atividades voltadas ao plantio de banana, mandioca e horticultura, cujos produtos também são destinados ao PAA e ao PNAE. Por contar com solos mais férteis do que o primeiro, com terrenos planos/pouco ondulados, tem, também, tido suas áreas cultivadas com soja, em contratos no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).



Interessa à presente pesquisa verificar a percepção e o uso da natureza dentre as famílias pesquisadas, considerando os saberes e as práticas tradicionais e aquelas mais contemporâneas, desenvolvidas e/ou incorporadas a partir do acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, especialmente o PAA, o PNAE e o PNPB, com destaque a este último, por seu caráter de produção de energia ao invés de alimentos, como é de costume em processos produtivos camponeses.

Metodologia

O referencial teórico delimitado buscou embasar os conceitos de reforma agrária, assentamentos rurais, camponês/campesinato, natureza, modo de vida e de produção, saberes tradicionais e políticas públicas e trouxe contribuições teóricas de autores como Fernandes (2008), Marques (2004), Oliveira (2007), Porto Gonçalves (2011 e 2004), Shiva (2003), Woortmann e Woortmann (1997), dentre outros.

Foram realizados trabalhos de campo que, por meio da observação participante, promoveram envolvimento com as famílias camponesas em suas atividades diárias, além de oficinas e palestras nos assentamentos a partir de demandas apontadas por aquelas. Também ocorreram entrevistas e, por fim, foram elaborados os mapas mentais.

As entrevistas semiestruturada foram importantes para coletar dados quantitativos e qualitativos referentes ao modo de vida, à origem das famílias, suas trajetórias/processos migratórios, as atividades desenvolvidas e as relações com o ambiente (nascentes, flora, fauna, solo etc.). Foram entrevistadas trinta por cento (30%) das famílias de cada assentamento, sendo sete (07) no Assentamento Santa Rita, que possui vinte e três (23) famílias e treze (13) no Assentamento Três Pontes, que possui quarenta e três (43) famílias.

Por fim, foram elaborados dezessete mapas mentais por parte das famílias assentadas, por meio dos quais pudemos aprofundar em aspectos da organização produtiva nos assentamentos.

Reforma agrária, assentamentos rurais e a reprodução camponesa

Uma vez expropriados de suas terras, muitos camponeses buscam retornar ao campo por meio da reforma agrária, que é uma ação de competência do Estado. No entanto, no Brasil



não há um projeto efetivo de reforma agrária que constitua uma nova estrutura fundiária, a findar com os latifúndios e o poder político advindo da concentração de terras.

A reforma agrária que se testemunha vem sendo feita mediante pressão dos movimentos sociais, por meio de intensa luta. Por isso, autores como Fernandes (2008) afirmam que no Brasil não há política de reforma agrária e sim política de implantação de assentamentos rurais, acionada pela pressão dos movimentos sociais de luta pela terra.

O cenário atual, no que diz respeito aos assentamentos de reforma agrária, foi construído ao longo das últimas três décadas. Foi mesmo a partir de 1990, com a ação dos movimentos de luta pela terra, com destaque ao MST, é que começou a deslanchar a constituição de projetos de assentamentos, embora estes já estivessem previsto no Estatuto da Terra de 1963 (OLIVEIRA, 2007).

Porém, na realidade brasileira, a constituição dos assentamentos não significa a solução dos problemas, visto que não é de praxe ser acompanhados das políticas necessárias à instalação das famílias e seus processos produtivos de maneira eficiente. Por isso, findada a luta pela terra, quando da instalação em um dado lote, as famílias iniciam outra luta, aquela por condições de se manter na terra (FERNANDES et al., 2011).

A permanência das famílias camponesas na nova terra está diretamente relacionada a condições estruturais, financeiras, ambientais, como distância dos centros urbanos, infraestrutura (estradas, construção da moradia, instalação de energia elétrica, escola, atendimento à saúde, etc.), qualidade dos solos, disponibilidade de água, tipo de relevo, lastro financeiro particular da família e, fundamentalmente, da existência de assistência técnica para elaboração de projetos para alcançar financiamentos e iniciar os processos produtivos.

É a busca por tais condições que exigem das famílias, uma vez assentadas, a continuidade na luta, para terem garantidas as condições mínimas de se instalar e produzir.

A constituição dos dois Assentamentos investigados não teve realidade diferente do mencionado. Ambos estão situados na microrregião Sudoeste de Goiás, que, considerados os dados do Anuário Estatístico de Goiás (SEPLAN, 2005), apresenta alta concentração fundiária, como exmplo: 78,2% das propriedades do município de Jataí possuem áreas superiores a 600 ha.

A inserção do Sudoeste de Goiás no modelo agroexportador e na economia do agronegócio criou uma espécie de blindagem à ação dos movimentos sociais dificultando a

constituição de projetos de assentamentos, bem como retardando a posterior consolidação de infra-estrutura.

Ainda a hegemonia do modelo agroexportador naquela região levou ao extremo a caricatura do camponês como um sujeito arcaico, atrasado, quando comparado ao dinamismo do “gaúcho” (assim considerados os sujeitos oriundos da região sul do Brasil, independente se do Rio Grande do Sul ou dos outros estados) cuja figura é tida como sinônimo de trabalho, riqueza e progresso (RIBEIRO, 2005).

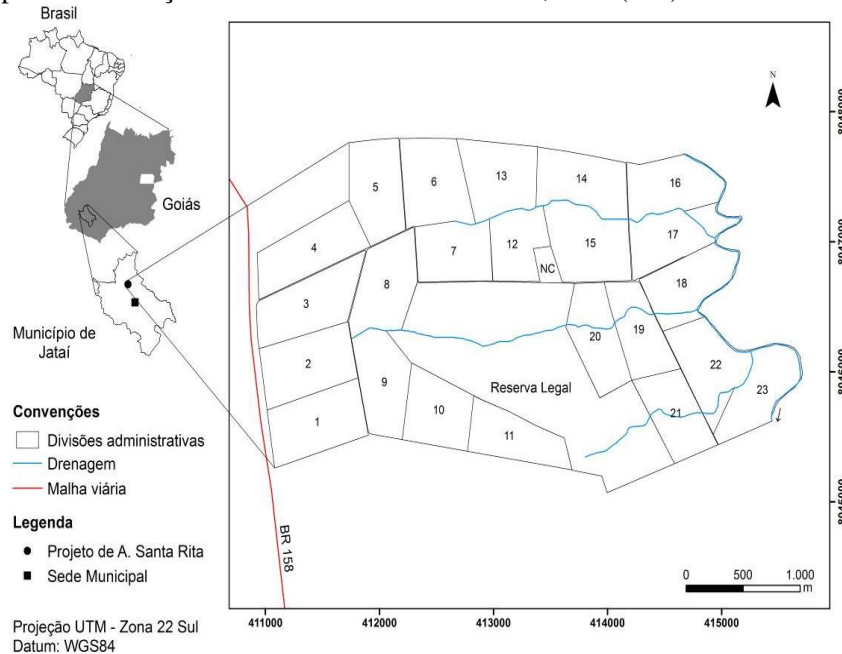
As transformações ocorridas no Sudoeste de Goiás, por meio das alterações técnicas oriundas da revolução verde, promoveram intenso êxodo rural, com migrações no âmbito do próprio município, intermunicipais e interestaduais, sendo os homens absorvidos em atividades urbanas como mecânicos, eletricitas, borracheiros e as mulheres como empregadas domésticas, costureiras, babás, lavadeiras, vendedoras, além de outras funções equivalentes, que dispensam escolaridade e experiência comprovada (CARNEIRO, 2011). Porém, passados mais de três décadas, estes homens e estas mulheres seguem buscando meios de retornar a terra e, ao saberem dos acampamentos, se lançam na luta pela terra, como foi o caso das famílias que conquistaram suas terras nos dois Assentamentos pesquisados.

O Assentamento Santa Rita foi criado em 1998, por meio de uma área obtida por desapropriação em 20/10/1997; está localizado a 30 km da área urbana de Jataí, em uma altitude aproximada de 793 m, entre as coordenadas geográficas: latitude 17° 39' 40”S e longitude 51° 48' 39”W (Figura 1).

A área total do assentamento foi dividida em vinte e três (23) lotes, tendo cada um a média de trinta e dois (32) hectares. Dentre as famílias assentadas no ano de 1998, quatorze (14) seguem residindo no assentamento; as outras nove (09) venderam seus lotes, por terem perdido, por morte, algum membro da família ou em função de dívidas que dificultaram a permanência na terra (TRABALHO DE CAMPO).

Os processos produtivos das famílias giram em torno da produção de leite e de verduras e legumes, comercializadas junto ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este Programa é visto de forma bastante positiva por todas as famílias, por não exigir investimentos elevados e por prever a produção de alimento, cujas culturas são conhecidas e seus manejos serem sabidamente operados com facilidade por todos os membros da família.

Figura 01: Mapa de localização do Assentamento Santa Rita, Jataí (GO).



Fonte: Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás – SIEG (2013) Org.: QUEIROZ JÚNIOR, V. S (2013).

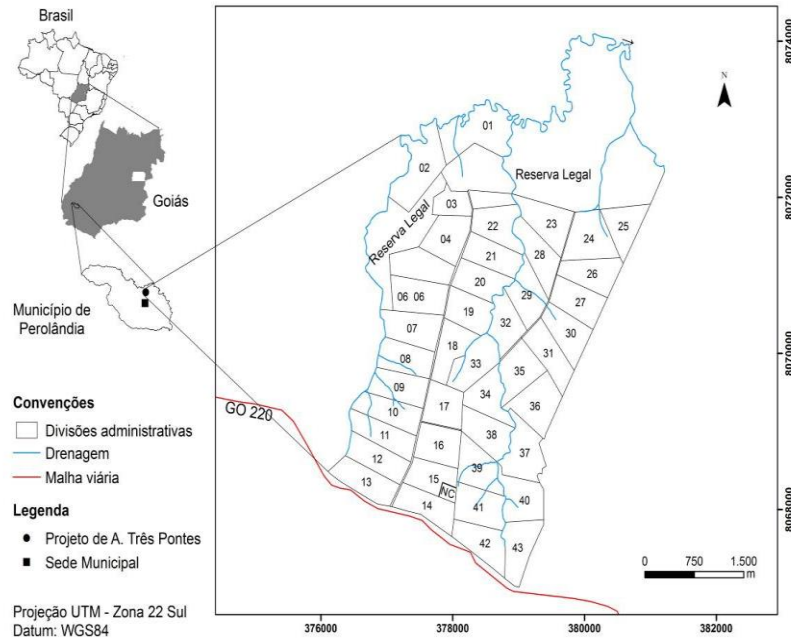
O Assentamento Três Pontes foi criado no ano de 2000, numa área territorial de 1.873 hectares, obtida por desapropriação em 13/10/1998 (INCRA, 2013); está localizado a aproximadamente 11 km da área urbana de Perolândia, entre as coordenadas geográficas: latitude 17°28'9.93"S e longitude 52° 8'5734"W (Figura 2).

Seu território foi dividido em quarenta e três (43) lotes, com média de trinta e cinco (35) hectares cada um. Das quarenta e três (43) famílias originalmente assentadas, onze (11) não mais residem no assentamento. Dos lotes vendidos, mais de 50% não possuem o título da terra.

A luta pela permanência na terra, em condições de se produzir e viver, pode ser claramente observada no Projeto de Assentamento Três Pontes: passada mais de uma década de sua constituição, muitos ainda são os problemas, com destaque à assistência técnica ineficiente quando do acesso ao PRONAF, gerando dívidas até então não quitadas.

Vale ressaltar que este problema (da ineficiência ou falta de assistência técnica) é comum à maioria dos assentamentos no Brasil e, quase sempre, recai no fato de um técnico induzir a compra de gado leiteiro sem que haja pastagens, experiência, estrutura, mercado ou outras condições da atividade produtiva obter êxito, levando ao insucesso da produção e ao endividamento das famílias.

Figura 02: Mapa de localização do Assentamento Três Pontes, Perolândia (GO).



Fonte: Sistema Estadual de Estatística e de Informações Geográficas de Goiás - SIEG (2013) Org.: QUEIROZ JÚNIOR, V. S. (2013).

No Assentamento Três Pontes há tradição no cultivo de banana, de hortaliças, de mandioca, além da produção de quitandas, doces e biscoitos, a serem vendidos por meio do PAA do Município de Jataí e do PNAE do Município de Perolândia. Além disso, desde 2009, as famílias agregaram a renda da soja cultivada no sistema de contrato (Cooperativa-Empresa Privada-PNPB), para a produção de biodiesel.

A adesão do Assentamento ao PNPB pode ser tratado enquanto processo de monopolização do território, conforme tratado por Oliveira (2007), revelando o capital como monopolizador do território sem, entretanto, territorializar-se no mesmo.

De acordo com Marques (2004), em contextos como estes, de territorialização do capital, a comunidade perde importância como entidade política, tendo apenas sentido territorial, pois sua existência passa a se relacionar com a apropriação de um espaço específico.

A percepção da natureza em meio às práticas produtivas das famílias assentadas

É comum pensar-se em natureza de forma dissociada do homem e vice-versa, pois, na lógica do capital, a natureza e o homem são entendidos de maneira separada, sendo a primeira



pensada de forma a contemplar os anseios do segundo. No entanto, reconhece-se que há que se superar esta forma dicontômica de pensar.

Diante disso, nos interessou apreender a percepção que o grupo pesquisado tem de natureza, considerando suas práticas e atividades agropecuárias, bem como o uso de elementos naturais como solo e água.

Segundo Porto Gonçalves (2011), cada sociedade, cultura ou grupo social inventa e institui uma determinada ideia do que seja natureza. Para este pesquisador não há um conceito natural de natureza e os conceitos criados constituem um dos pilares através do qual os homens se reproduzem social e economicamente.

Para Springer (2010), cada período histórico tem formas distintas de concepção e de estudos da natureza, que, por isso, não pode ser compreendida como algo dado, estático e objetivo. Dessa maneira, o conceito de natureza está condicionado ao homem e, portanto, ao trabalho que ele nela exerce. Não há como pensar de forma dissociada, se é por meio do trabalho que o homem se relaciona com a natureza, para constituir itens necessários à sobrevivência, como alimentação e abrigo.

Também, os conceitos de “percepção” e “concepção” da natureza têm sido debatidos e Ferrara (1993) aponta outro conceito, “percepção ambiental”, que, segundo ele, indica a operação que expõe a lógica da linguagem que organiza os signos, que expressam os usos e hábitos de um lugar. Assim, a leitura que um determinado grupo faz de um determinado local, dando ênfase aos elementos que consideram mais significativos também pode indicar a sua percepção da natureza.

Quando analisado um grupo de camponeses, tende-se a identificar uma relação de maior intimidade com a natureza, por estarem cotidianamente em contato com a terra, a água, os vegetais, os animais, enfim, mais atento aos ciclos naturais a partir da observação constante que a prática agrícola exige, embora isso não se traduza, necessariamente, numa relação mais harmônica e equilibrada.

Por isso, há uma tendência a se afirmar que as práticas camponesas estão associadas a um melhor uso da natureza, visto que os indivíduos em sua atuação possuem o sentimento de pertencimento pelo fato de, diariamente, estarem em contato com elementos próprios de uma dada fração da natureza. Nesta perspectiva, segundo Porto Gonçalves (2003), as populações



tradicionais são as que possuem as práticas que mais coadunam com os interesses da humanidade, da ecologia e do planeta.

Muitas destas práticas, comuns nos processos produtivos camponeses, são herdadas e ressignificadas, mas mantendo a estreita relação com a natureza por meio de um tipo de fazer que opera tempos e ferramentas num ritmo marcado, também, pela natureza.

Observa-se tais práticas no universo pesquisado, por meio do depoimento dos interlocutores:

“Meu pai tocava roça, aprendi com ele trabalhar, ensinou nós o ritmo de trabalhar na roça” (INTERLOCUTOR 01). “Aprendi mais com meu sogro do que com meu pai, porque ele foi criado na roça, fazia casa, carro de boi, até hoje ele fica horas para me contar das coisas, ele me ensina muito, se eu vou mexer no curral, fazer uma porteira, ele vai junto, gosto muito do meu sogro e ele gosta daqui também” (INTERLOCUTOR 07).

São muitos os conhecimentos, em consonância com a natureza, de grande importância à reprodução camponesa, já que sua execução dispensa maiores investimentos financeiros ao mesmo tempo em que demandam mais mão de obra e, por isso, desencadeiam processos de ajuda mútua, viabilizando a reprodução social do campesinato

Como observam Woortmann e Woortmann (1997), cada cultura opera procedimentos técnicos, formas de saber e construções simbólicas específicas na transmissão do saber para o processo de trabalho. O modo de fazer um doce, de lidar com a terra, de preparar os canteiros para uma horta, tudo isso carrega características específicas a compor os traços de uma dada comunidade e/ou família.

Realidade como esta pode ser observada no Assentamento Santa Rita, evidenciando que a recriação camponesa está em contradição com o sistema hegemônico. Marques (2004) afirma que a expansão da lógica capitalista afetou a forma de organização da produção e das relações sociais tradicionais, sobretudo, com a redução dos territórios camponeses e a inserção de hábitos exógenos em seus modos de vida e de trabalho.

A pesquisa revelou que a reconfiguração do processo produtivo está evidente nos dois Assentamentos, porém, com maior intensidade, no Assentamento Três Pontes, em função da adesão das famílias ao Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, que implica na produção de soja, em detrimento de itens alimentares. Ali se identificou o uso intenso de insumos externos, o manejo mecânico e a produção voltada às orientações do mercado.



No Assentamento Três Pontes a fertilidade natural do solo, associada à topografia e a outras condições edafoclimáticas cumprem as exigências para se integrar ao PNPB e mais de 50% das famílias aderiram ao novo processo produtivo, que inclui, ainda, a contratação de mão de obra externa e o comprometimento da autonomia frente aos contratos com as empresas privadas e a cooperativa.

Desde 2009, quando as famílias se integraram a este Programa, a relação destas com a terra e, conseqüentemente, com a natureza foi ressignificada, alterando, também, as relações sociais e de trabalho.

A terra passou a ser operada pela cooperativa, que em parceria com empresas privadas, produz soja a ser comercializada via PNPB. A presença de mão de obra contratada é, agora, constante no Assentamento, já que as famílias assentadas não são consideradas competentes para atuar no processo produtivo da soja, que envolve práticas de manejo e uso de máquinas fora da experiência produtiva camponesa. Os conhecimentos daquelas famílias são, por isso, tidos como insuficientes e inadequados diante da nova configuração produtiva dos sítios do Assentamento Três Pontes.

Pode-se afirmar que tem ocorrido a supervalorização de um único tipo de cultivo (a soja), comprometendo a policultura, a produção de alimentos e a soberania alimentar das famílias, após a adesão ao PNPB. Em contrapartida, a renda monetária foi impactada positivamente, atraindo mais famílias e estendendo os prazos dos contratos.

A pesquisa evidenciou que algumas famílias contam, agora, com a renda exclusiva da venda da soja e do milho (produzido na segunda safra, na área utilizada para a soja) e não produzem mais os seus próprios alimentos, como arroz, feijão, verduras, legumes, frutos e produtos de origem animal.

A realidade das famílias tem se alterado, a soberania alimentar está afetada e os hábitos alimentares têm sofrido influências em função dos produtos industrializados recentemente incorporados à cesta básica das famílias, nos moldes apontados por Gorgen (2004) quando diz que famílias, em situações como esta, estão cada vez mais dependentes do mercado: para comer, compra-se no mercado; para produzir, compra-se insumos; e, para vender, estão dependentes das empresas integradoras.

Quando comparado ao Assentamento Santa Rita, o Assentamento Três Pontes apresenta diferença significativa, dado o caráter da sua produção direcionada ao PNPB, que remodela o

uso da terra e a pauta de produtos por meio dos contratos. Já no que tange à produção destinada ao PAA, ambos se estruturam de forma semelhante.

A vinculação com o PAA e o PNAE, ao contrário do PNPB, estimulam a produção de alimentos e a diversidade, impactando positivamente a segurança e a soberania alimentar, além de garantir regularidade mensal de renda. No Assentamento Santa Rita o PAA e acessados e, por isso, nota-se um processo contrário (em relação ao verificado no Assentamento Três Pontes), de maior integração com os processos produtivos, com a terra e, consequentemente, com a natureza.

Observa-se que o perfil da política pública adotada altera a relação com a natureza e a percepção que se tem da mesma. Pois, no caso do PNPB, o sistema de contrato distancia as famílias da terra, do manejo, dos elementos e ciclos naturais. Se comparada às famílias do Assentamento Santa Rita, as famílias do Assentamento Três Pontes passaram a lidar com a natureza mais na perspectiva de recursos naturais, de onde se extrai elementos para se aferir lucros.

Organização produtiva, mapas mentais e a paisagem dos Assentamentos

Por mapa entende-se qualquer forma de representação de uma área que pode ser um bairro, uma rua, um lote, uma cidade, um país etc. Os mapas são classificados em tipos, conforme o objetivo de quem os confecciona e as características do local a ser representado. Aqui foram escolhidos os mapas mentais que, de acordo com Richter (2011), materializam interpretações, olhares, reflexões, avanços, relações, limites, equívocos e omissões dos indivíduos que os produzem, a respeito do espaço representado.

Os mapas que representam o território de vida são chamados de mapas mentais ou mapas cognitivos que, segundo Silva e Xavier (2012), representam territórios como campos de forças, de relações, ou complexo de relações, onde se estabelece o lugar, o próprio, o particular de um dado grupo social, seus agentes em estreita relação com um espaço/tempo. É nesse contexto que os mapas mentais foram selecionados como meio de compreensão da paisagem, tendo em vista a importância da representação dos sítios por parte das camponesas e dos camponeses dos Assentamentos Santa Rita e Três Pontes.

No desenho dos mapas mentais, elas e eles podem mostrar com facilidade os elementos a que dão mais relevância, as suas interpretações do espaço, assim como podem revelar os



lugares mais frequentados, os que sediaram mais acontecimentos e os mais significativos para cada pessoa e/ou família. Dessa maneira, tais mapas foram uma boa forma de representar os sítios. Para a elaboração, alguns critérios foram seguidos: 1) As pessoas selecionadas para elaborar os mapas foram as mesmas envolvidas nas etapas anteriores da pesquisa, incluindo as entrevistas; 2) Os mapas foram elaborados no sítio da própria pessoa; 3) As pesquisadoras não interferiram na elaboração; 4) Os materiais disponibilizados para o desenho foram lápis preto, folha de papel e prancheta.

Nenhuma camponesa/nenhum camponês se negou a elaborar os mapas. Porém, num primeiro momento, cogitaram não fazê-los, constrangidos pela falta de habilidade com o desenho, a escrita, o lápis e o papel. Alguns alegavam “nunca mais ter pegado um lápis”, depois de terem saído da escola e temiam não os fazerem de forma inteligível. Porém, com o avançar das visitas, se sentiram à vontade e, mesmo aqueles com dificuldades de coordenação motora e insegurança, fizeram os mapas. O tempo de elaboração foi variado; em média todos os mapas foram construídos em 1h 30min.

As representações ilustram os espaços de vida e de trabalho. A liberdade do procedimento metodológico permitiu visualizar a (re)significação do lugar, que aparece nos mapas. De fato, a menor quantidade de regras de produção do método de mapeamento mental proporciona a liberdade para criar, recriar ou adaptar informações, além de induzir à descoberta de novas relações entre os dados aparentes (HERMANN; BOVO, 2005). Em grande parte dos mapas elaborados, aparece muita adaptação dada à dificuldade de se traduzir o real para o papel, de desenhar certos elementos, como árvores, vacas, galinhas e porcos, dentre outros. Assim, em muitos casos, as pessoas optaram por escrever os nomes, por considerarem que não conseguiriam representá-los com imagem.

Os mapas estão entendidos como ferramenta de comunicação e representação das camponesas e dos camponeses dos Assentamentos Santa Rita e Três Pontes e expressam a percepção que esses sujeitos possuem do seu local de vida. Os desenhos ilustram a ligação que eles mantêm com a casa (quase sempre, o primeiro item a ser desenhado), com os plantios (que representam a fonte de alimento e/ou de renda), bem como com as árvores, o córrego e os animais, que também são, para eles, essenciais para a existência da vida no sítio.

Os mapas mentais do Assentamento Santa Rita ilustra a realidade produtiva mais diversificada, plural nos cultivos e na criação de animais, bem como dá a dimensão de áreas

menores destinadas a cada atividade. Já os mapas do Assentamento Três Pontes, expressam uma paisagem mais homogênea, com áreas de monocultivo (soja ou milho), destacando, também, o local da morada e da criação de animais.

Aquela distinção revelada pela pesquisa, entre os dois assentamentos, também ficou explícita por meio dos mapas. Ou seja, tal qual as pesquisadoras, as famílias que ali vivem identificam as diferenças que os processos produtivos demandados pelas políticas públicas promovem na organização e gestão do território camponês.

Os mapas reforçam que o Assentamento Santa Rita se estrutura a partir do trabalho familiar, da pecuária tradicional e da policultura em pequena escala, priorizando a produção de alimentos para o consumo e a comercialização, principalmente via PAA, conforme pode ser observado na Figura 3.

Figura 03: Mapa mental do Lote 17, Assentamento Santa Rita.



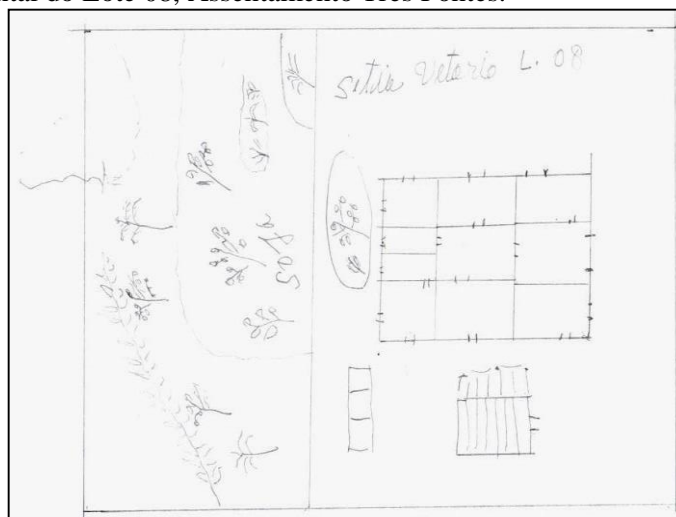
Fonte: Trabalho de Campo (2013)

A realidade do Assentamento Três Pontes se assemelha àquele em certos aspectos, porém, a monocultura reorganiza o espaço deste, dando novos contornos à paisagem, conforme pode ser observado na Figura 4.

A expressão deste mapa (Figura 4) vai além dos aspectos produtivos da soja, em si. Nos leva a refletir sobre as mudanças que ocorrem no âmbito das famílias que passaram a compor com os contratos do PNPB e as novas relações de trabalho. Pois, ao terem pessoas externas para manejar suas terras com máquinas e insumos (também externos) e empresas para gerenciarem

o processo produtivo, as famílias se descolam do sítio, da terra e da natureza, com forte tendência a ver desconstruída a coesão entre seus membros que passam, agora, a não mais ter a terra e o trabalho como ponto de convergência entre si.

Figura 04: Mapa Mental do Lote 08, Assentamento Três Pontes.



Fonte: Trabalho de Campo (2013)

O mapa ilustra que, além da área cultivada com soja, há a casa e duas outras construções nos arredores (que sugere instalações de animais), mas não há ali pistas de outras atividades produtivas que envolvam a família, que demandem trabalho cotidiano. Isto corrobora os dados da pesquisa que apontam que as famílias que operam com contratos do PNPB passaram a viver da renda obtida, se relacionando mais com a cidade e seus produtos e menos com a terra, se distanciando, dessa forma, da natureza.

Logo, embora a renda no assentamento Três Pontes seja maior do que a do Assentamento Santa Rita, neste observa-se mais segurança alimentar e melhores condições de reprodução camponesa, além de a percepção da natureza estar menos dicotômica (mais holística).

Considerações finais

Os assentamentos se configuram em territórios de reprodução social do campesinato. Nos dois assentamentos pesquisados observou-se que a luta pela permanência na terra e pela não expropriação da sua renda é contínua. No caso do Assentamento Três Pontes, a apropriação da renda pelo capital é mais evidente, em função dos contratos para a produção de soja (PNPB).



Em ambos os assentamentos pode se afirmar que há recriação das estratégias camponesas, porém mescladas a práticas produtivas não próprias do campesinato, mas necessárias para se manter na terra, o que, por si só, não lhes garante a apropriação da renda do seu trabalho, além de comprometer a autonomia, a soberania e a segurança alimentar das famílias.

Notou-se que, dentre as famílias do Assentamento Santa Rita, há uma relação mais harmoniosa com a terra e com os elementos naturais em função dos processos produtivos adotados que contemplam a policultura e o manejo por parte das próprias famílias. Isso se deve, em alguma medida, à vinculação com o PAA, que dada às suas características estimula as famílias a produzirem alimentos mais variados. Isso se reflete na alimentação, mais diversa e rica, fato que conduz a uma atenção maior com as nascentes, as matas e os solos, visto que toda a área deve estar equilibrada para garantir os muitos cultivos.

Como resultado, tem-se, no Assentamento Santa Rita, um baixo índice de uso de produtos químicos e um alto grau de conscientização quanto à preservação dos cursos d'água e de preocupação quanto à contaminação por resíduos de lavouras.

No caso do Assentamento Três Pontes, o plantio de soja para produção de biodiesel tem contribuído para distanciar as famílias da terra, comprometendo a identidade e o pertencimento destas em relação ao lugar. Neste caso, o PNPB pode ser entendido como um mecanismo que afasta as famílias camponesas dos seus territórios e da natureza, conduzindo à perda gradativa da autonomia, ao mesmo tempo em que as subordinam a empresas, que reordenam seus sítios para se apropriarem de sua renda.

Considera-se, então, uma dualidade: os dois assentamentos se configuram em espaços de recriação camponesa; as políticas públicas têm contribuído com tal recriação. No entanto, não se observa as condições para autonomia e o controle território por parte das famílias e, conforme apontado por Marques (2004), o controle do território e de sua renda pelas comunidades que nele habitam é fundamental para assegurar a possibilidade de reprodução do modo de vida camponês que, em última instância, aponta uma alternativa para se construir uma sociedade mais justa.

Referências



- BARBANTI, S. **Retorno à terra:** como elo afetivo e o meio de sobrevivência nos assentamentos rurais. São Paulo: Musa Editora: FAPESP, 2006. 134p.
- CARNEIRO, J. G. **As trajetórias socioespaciais dos camponeses do Assentamento Rio Claro em Jataí - GO.** 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Curso de Geografia, Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí, Jataí (GO), 2011.
- COELHO, K. B. P.; GOMES, M. F. A. A geografia e a percepção da natureza em “A terceira margem do rio”. In: **Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente.** Londrina: 2005. p.01-08. Disponível em: <http://geografiahumanista.files.wordpress.com/2009/11/karina_brasil.pdf>. Acesso em 22 out. 2013.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2008.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: Paradigmas e Disputa Territorial.** Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 1, N.1, p. 21-43, 2011. Disponível em: [http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/publicacoes/index.php?journal=espacoaberto&page=article&op=view&path\[\]=3](http://www.ppgg.igeo.ufrj.br/publicacoes/index.php?journal=espacoaberto&page=article&op=view&path[]=3)> Acesso em: 20 mai. 2013
- FERRARA, L. D. **Olhar periférico:** informação, linguagem, percepção ambiental. São Paulo: Edusp, 1993.
- HERMANN, W; BOVO, V. **Mapas mentais:** enriquecendo inteligências. 2. ed. Campinas: Instituto do Desenvolvimento do Potencial Humano (IDPH), 2005.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relação de projetos de reforma agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- GORGEN, S. A. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** 3. ed. Porto Alegre: Via Campesina, 2004.
- MARQUES, M. I. M. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. Org.: **O campo no século XXI:** território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 145-158.



MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1988.78p.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia nº 58**. São Paulo: AGB, 1981. p. 05-64.

PORTO GONÇALVES, C. V. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. Org.: **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004 p. 207 – 253.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2011.148p.

RIBEIRO, D. D. **Agricultura “caificada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus socioambiental**. 317 f. Niterói, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

RICHTER, D. **O mapa mental no ensino de geografia: concepções e propostas para o trabalho docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, L. P.; XÁVIER, M. A. de S. **Memória do espaço/tempo vivido na representação de mapas mentais: o caso do projeto escolar “nosso bairro, nosso lugar”**. Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade, Inhumas, v. 03, n. 01, p. 5 4-60, 2012

SPRINGER, K. S. **A concepção de natureza na geografia**. Mercator. Fortaleza, 2010. v. 9, n. 18, p. 159-170. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/368>> Acesso em: 30 out. 2013.

WOORTMAN, E.; WOORTMAN, K. **O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da UNB, 1997.